

## O Problema das Mulheres que trabalham como mulheres

Maria José Araújo\*

Nos últimos anos, na sociedade ocidental, a evolução do estatuto social da mulher, o seu lugar e vontade individual de ser mãe e criar uma família, mudaram significativamente. Mas a mulher continua a ser educada para um papel preponderante na vida doméstica e incentivada a aceitar e a achar que há profissões, funções e tarefas que lhe estão destinadas.

A ideologia sobre as qualidades femininas para cuidar das crianças, assim como o gosto por tratar delas, atraíram as mulheres para as áreas de mercado de trabalho na área da educação, o que contribuiu para que a profissão fosse considerada trabalho de mulheres<sup>1</sup>. Esta noção significa que em determinados períodos históricos essas profissões foram consideradas as mais adequadas às mulheres. E assim “feminiza-se” a profissão<sup>2</sup>, que está ligada à divisão entre público e privado e à massiva entrada de mulheres no mercado de trabalho. A imagem da mulher como educadora tem um papel muito forte na nossa sociedade e esta profissão é frequentemente classificada como profissão intermédia e pouco considerada no meio masculino. Esta é uma das razões porque continua a haver mais mulheres no sistema educativo, quer se trate de creche, pré-escolar, escola ou CATL – Centro de Actividades de Tempo Livre, no sistema público, privado ou privado sem fins lucrativos como é o caso das IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social. Uma outra razão é o preconceito de que há profissões que não se destinam a homens. De facto, 80% dos/das profissionais<sup>3</sup> que asseguram a rotina em instituições educativas e sócio educativas são do sexo feminino e possuem um baixo grau de escolaridade, excepção feita aos serviços administrativos.

---

<sup>1</sup> Cf. Chaplain, Didier-Luc e Custos-Lucidi, Marie France (2001) *Les Métiers de la Petite Enfance*. Paris: Syros.

<sup>2</sup> Para uma leitura mais aprofundada sobre o assunto sugere-se o livro de Cláudia Mazzei Nogueira e o seu artigo na revista Comuna nº7

<sup>3</sup> Fonte: Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social.

## O crescimento do sector de serviços

Nas últimas décadas, o “mundo do trabalho” tem sofrido importantes transformações. Em grande medida, o trabalho produtivo industrial, em que a *mais-valia* era directamente incorporada numa mercadoria, perde claramente a sua importância nos países do capitalismo avançado. O crescimento do sector terciário é um dos factores mais importantes na reconfiguração das estruturas ocupacionais, nomeadamente em Portugal. Com efeito, o nosso país passou de uma situação em que o sector primário era preponderante para uma realidade onde o sector dos serviços é maioritário<sup>4</sup>. A par de uma complexificação tecnológica e organizativa dos processos de trabalho, que dá origem a novas funções que não se relacionam directamente com o processo produtivo em termos clássicos (e que fazem emergir também situações de classe contraditórias), há uma série de tarefas que, na área dos serviços, passaram da esfera do trabalho doméstico para o mercado. Na verdade, as famílias exercem uma série de serviços que não são remunerados (pense-se, por exemplo, nos serviços educativos que prestam, na guarda das crianças assumida por vezes pelos avós, ou nos serviços de apoio à doença e à velhice) e assumem-se - particularmente nos países em que o Estado-Providência é débil e incompleto<sup>5</sup> - como autênticas *welfare-families*. A tendência, contudo, foi para que muitas dessas actividades passassem ou para a esfera dos cuidados prestados pelo Estado (quando este chama a si essas funções) ou para serviços prestados pelo mercado. Em grande medida, isto deveu-se a transformações nas estruturas familiares (as famílias compostas por três gerações<sup>6</sup> são, particularmente nos meios urbanos, cada vez mais raras, e os papéis relativos à parentalidade alteram-se, são cada vez mais numerosos os casos em que a criança fica ao cuidado da mãe ou do

---

<sup>4</sup> Em 1960, o sector primário empregava quase 50% da população, sendo a agricultura, portanto, a actividade principal do país. Actualmente, o sector terciário é maioritário, empregando cerca de 60%. O caso do nosso país é peculiar, uma vez que nunca tivemos um sector secundário maioritário, passando directamente de uma sociedade predominantemente agrícola para uma sociedade de serviços. (Ameida, João Ferreira de (1994) *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta).

<sup>5</sup> Boaventura Sousa Santos refere-se a Portugal como um caso de *semi-Estado-Providência* e algumas áreas até de *lumpen-Estado-Providência*. De acordo com este autor, o Estado português não é um Estado-Providência no sentido próprio do termo, pelo que “o défice de actuação do Estado português enquanto Estado-Providência é parcialmente compensado pela actuação de uma sociedade suficientemente rica em relações de comunidade, inter-conhecimento e inter-ajuda, um fenómeno a que chamo *sociedade-providência*” (Santos, Boaventura de Sousa (1993) *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto: Edições Afrontamento).

<sup>6</sup> Referio-me aqui às famílias de três gerações em que pais, avós e filhos partilham a mesma habitação. Neste tipo de famílias, é frequente os avós tomarem conta dos netos.

pai, entre outras mudanças como a pluriparentalidade<sup>7</sup>), e à emancipação da mulher, nomeadamente com a sua entrada massiva no mercado de trabalho<sup>8</sup>.

No caso português, é sobretudo a partir de 1974 que o discurso sobre a desvalorização do trabalho doméstico se torna mais evidente e o trabalho fora de casa passa a ser não só necessário para financiar o orçamento familiar como também factor de emancipação, autonomia, realização profissional – e mesmo considerando que as condições sociais que afectam o trabalho doméstico e parental se tenham modificado, a grande maioria das mulheres continua a ter, paralelamente, um papel dominante na esfera doméstica. Convém salientar que este facto era uma preocupação das classes média e média baixa, já que as mulheres da classe trabalhadora sempre trabalharam dentro e fora de casa, nas fábricas, no campo, etc. Por outro lado, o desenvolvimento dos serviços nos domínios da educação, lazer, cultura, saúde explica em grande parte o desenvolvimento deste novo salariado que recruta mulheres para novas profissões. As transformações económicas e sociais referidas incluem a mão de obra feminina sobretudo no sector dos serviços, reproduzindo-se muitas vezes no mercado de trabalho a divisão de tarefas oriunda do espaço doméstico. Assim, entre as funções que são maioritariamente atribuídas à mulher, encontram-se as relacionadas com serviços educativos – tarefas que, como já referi, também na família eram (e são) asseguradas pela força de trabalho feminina.

### **A vida profissional da mulher domestica(da)**

A vontade de responder às necessidades de acolhimento das crianças para libertar as mulheres para o mercado de trabalho, deixando as crianças em segurança, cria a partir da década de 1970, na Europa Ocidental, um conjunto significativo de equipamentos sociais de apoio à infância pensados para dar apoio às famílias<sup>9</sup>. Tratou-se de um esforço profilático do poder público que se impôs a fim de evitar que o envio massivo das mulheres para o mundo do trabalho, fora da esfera doméstica, descursasse a saúde das crianças e tivesse como consequência a

---

<sup>7</sup> Fala-se de pluriparentalidade quando aos pais de sangue se juntam outro tipo de pais. Para aprofundar este assunto sugere-se a leitura dos trabalhos de Agnès Fine, Anne-marie Devreux ou E. Goody.

<sup>8</sup> Em Portugal, a proporção de mulheres activas dos 15 aos 64 anos estava já em 1991 acima da média da União Europeia. É nos sectores dos serviços que a taxa de actividade feminina é mais notória, sendo no sector terciário que a feminização atinge plena expressão (Machado, Fernando Luís e Costa, António Firmino (1998) “Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social”, in *Portugal, que modernidade?* Oeiras: Celta, 17-78).

<sup>9</sup> cf. Chaplain e Custos-Lucidi (2001)

degeneração da população activa. Ou seja, perante o resultado de uma urbanização que se materializava num aumento significativo de famílias com reconhecida precariedade económica, num mesmo espaço geográfico e social, o prolongamento da esperança de vida, assim como perturbações que começam a evidenciar-se na estrutura familiar, incitaram o poder público a interessar-se pela socialização das crianças e, desse modo, pela sua entrada na vida da cidade. Os equipamentos de acolhimento colectivo (Infantários e Centros de Actividades de Tempos Livres, Centros de Animação, etc) são, então, encarados não só como estruturas que têm por função “guardar” as crianças – visão assistencialista –, mas como espaços que potenciam um desenvolvimento global e harmonioso da criança – visão pedagógica – preparando-as para a sua inserção no mundo escolar<sup>10</sup>. A expansão deste tipo de equipamentos, que resultaram em grande parte da iniciativa de Instituições Particulares de Solidariedade Social e de movimentos associativos, com o apoio do Estado, desempenha um papel importante na organização dos tempos livres das crianças e é um dos sectores que mais emprega mulheres. Uma percentagem elevada destas trabalhadoras, que garante as rotinas quotidianas destas instituições, tem baixo grau de escolaridade – não tem o 12º ano ou não possui licenciatura<sup>11</sup>.

As mulheres estão fortemente representadas no sector de educação, no entanto ocupam as posições menos consideradas – auxiliares de limpeza, empregadas de cantina, serviços auxiliares de educação, vigilantes e prestação de cuidados.

Neste sentido, estas profissionais reproduzem no espaço profissional uma boa parte das funções desempenhadas no espaço doméstico, o que pode contribuir, por um lado, para o acesso limitado a outros bens culturais e por outro, para um cansaço e desmotivação pessoal acrescida, já que o ambiente é quase sempre o mesmo, os assuntos não variam, os problemas e preocupações duplicam-se, sendo que quando chegam a casa tudo começa de novo. Como refere Bourdieu<sup>12</sup>, o imenso trabalho crítico desenvolvido pelos movimentos feministas tem de ser completado pelo alargamento do ensino secundário e superior – como factor decisivo – pelo trabalho assalariado à esfera pública e pelo distanciamento às tarefas domésticas, mesmo considerando que o desenvolvimento da tecnologia e dos bens de consumo contribuíram para aliviar – de modo diferencial e segundo as posições sociais – as tarefas domésticas: cozinhar, lavar, esfregar....

---

<sup>10</sup> cf. Cardoso (1993), Guerra *et al.* (1988), Chaplain e Custos-Lucidi (2001)

<sup>11</sup> Fonte: Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social.

<sup>12</sup> Bourdieu, Pierre (1999). *A Dominação Masculina*. Oeiras Celta.

## O que lança a mulher na luta política e social

Não valeria a pena escrever um artigo para falar nos diferentes papéis sociais das mulheres e dos diferentes ofícios que exercem de forma remunerada no espaço institucional e gratuitamente no espaço doméstico: educadoras, lavadeiras, cozinheiras, etc., porque não é só isso que as lança na luta por uma vida melhor. Aliás, a maior parte das mulheres a que me refiro não lê os livros e as revistas da especialidade e provavelmente nem o jornal ou seja, tem um acesso reduzido à investigação produzida, muito embora tenham acesso à informação veiculada pelos meios de comunicação social. Mas vale a pena reforçar que a luta só se faz quando nos mudamos a nós próprios e que o que continua a estar em causa é, por um lado, o facto da mulher ser educada para um papel preponderante na vida doméstica – mantendo-se o modelo tradicional da divisão entre masculino e feminino – e, por outro, ela ser incentivada a aceitar e a achar que há profissões, funções e tarefas que lhe estão destinadas, onde se perpetua a lógica da economia dos bens simbólicos<sup>13</sup>. Para quem tem dúvidas bastará olhar para o seu próprio contexto de vida e estar atento à comunicação social ou verificar quantas crianças do sexo feminino continuam hoje, naturalmente a tomar conta dos irmãos, ir ao supermercado, cozinhar e lavar para a família etc... ou ainda pensar como as palavras nos traem quando achamos fantástico um jovem rapaz “ajudar a mãe”... raras vezes o pai e achamos bizarro um rapazinho querer de prenda de anos uma tábua de passar a ferro. Se é verdade que já se conquistou o direito à igualdade de oportunidades, nomeadamente com o acesso à escola e assim à formação e obtenção de um diploma – o que pode permitir uma maior consciência para lutar por uma vida mais interessante –, também é verdade que isto é mais evidente para as classes mais favorecidas e que as classes socialmente menos favorecidas continuam a não vislumbrar uma igualdade de “sucesso” na escola e fora dela, que seja capaz de transformar as suas vidas e “**acabar com a morte de todos os dias**”<sup>14</sup>. E, apesar de todos os contributos políticos, educativos e sociais, esta situação vai-se mantendo não só em Portugal como em toda a União Europeia, agora agravada pela escassez de emprego.

---

<sup>13</sup> Cf. Bourdieu (1999). *A Dominação Masculina*. Oeiras Celta.

<sup>14</sup> Cf Natércia Pacheco (1976) “Acabar com a morte de todos os dias”. Jornal A Gazeta

## Em síntese

A igualdade de oportunidades, um dos valores essenciais da sociedade ocidental, pressupõe a igualdade de género, ou seja, supõe-se que um homem e uma mulher têm direito, da mesma forma, a desenvolver a sua autonomia – base constitutiva da sua identidade contemporânea. Esta modernidade ideológica tem ainda um outro fim que é o “bem comum” representado pelo conjunto das instituições (família, escola e Estado)<sup>15</sup>. Coloca-se então a questão da adequação do modelo político de uma organização social que veicula aspirações democráticas que a realidade contraria. Esta adequação, desejável, é contudo ainda impossível pois assenta numa repartição muito precisa dos papéis e funções de cada homem e cada mulher e não é uma realidade porque os diferentes actores sociais (homens e mulheres) não têm os instrumentos cognitivos, linguísticos e comunicacionais que lhes permitam uma livre escolha para uma verdadeira participação democrática. De facto, as classes populares que conquistaram o direito à igualdade de oportunidades na sequência do 25 Abril, ainda não o conquistaram verdadeiramente e a análise sociológica contemporânea põe em evidência que as aspirações a uma carreira profissional e a repartição de funções no seio do universo familiar não se conjugam da mesma forma no masculino e feminino.

\* Investigadora do CIIE - Centro de Investigação e Intervenção Educativas da FPCE-UP  
Bolseira da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

---

<sup>15</sup> Patrick Govers et Emily Hoyos (2006). “Parentalité et politique: le grand malentendu” in *Cahiers Marxistes* n° 234.